



## **REFLEXÕES SOBRE AS BARREIRAS DE ACESSO AO ENSINO EMERGENCIAL EM TEMPOS PANDÊMICOS**

Eixo 3. Educação, Comunicação em EaD

Mara Dantas PEREIRA<sup>1</sup>  
Joilson Pereira da SILVA<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente ensaio tem como objetivo refletir sobre as barreiras de acesso ao ensino emergencial em tempos pandêmicos. Metodologicamente o trabalho adota os moldes de ensaio teórico, fundamentando-se em uma revisão bibliográfica com base na literatura nacional e internacional. Do estudo empreendido, é possível constatar que existem muitos obstáculos para a realização das aulas remotas emergenciais, pois diversos fatores como desigualdade social e a ausência de investimento do poder público em capacitação para professores com tecnologia utilizada para a Educação a Distância (EaD), estão entre os problemas do “novo normal”. Sendo assim, a pandemia revelou dificuldades que já existiam no sistema educacional brasileiro, dado que eram desprezadas por grande parte da sociedade e também pelos órgãos responsáveis pela Educação no país. Conclui-se que para entender este momento, é preciso iniciar discussões que afligem o cenário da Educação há décadas. Como também ressignificar o processo de inserção escolar que sempre foi nítido pelas profundas desigualdades e interesses demonstrados para além do verdadeiro sentido da Educação que é um ensino democrático.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação à distância; Covid-19; Desigualdade de Acesso à Internet.

### **ABSTRACT**

This essay aims to reflect on the barriers to emergency education in pandemic times. Methodologically, the work adopts a theoretical essay based on a literature review based on national and international literature. From the study undertaken, it is possible to see that there are many obstacles to the realization of remote emergency classes, because several factors such as social inequality and the lack of investment by public authorities in training teachers with technology used for distance education (EaD), are among the problems of the "new normal". Thus, the pandemic revealed difficulties that already existed in the Brazilian educational system, since they were despised by a large part of society and also by the organs responsible for Education in the country. It is concluded that to understand this moment, it is necessary to initiate discussions that have afflicted

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe - UFS; Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia PPGPSI/UFS; Graduada em Psicologia - Universidade Tiradentes - UNIT; e-mail: maradantaspereira@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Sergipe - UFS; Universidade Complutense de Madrid - UCM; Docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia PPGPSI/UFS; e-mail: joilsonp@hotmail.com



the Education scene for decades. It is also necessary to resignify the process of school insertion, which has always been clear by the deep inequalities and interests demonstrated beyond the true meaning of Education, which is a democratic education. **KEYWORDS:** Distance Education; Covid-19; Inequality of Internet Access.

## 1 Introdução

A pandemia, anunciada oficialmente em 11 de março pela Organização Mundial de Saúde (OMS), causada pelo vírus Covid-19, cujo agente etiológico é um novo tipo de coronavírus (Sars-CoV-2). Para sua profilaxia, um dos focos de ação tem sido a efetivação de medidas de prevenção à proliferação do vírus, sendo o distanciamento social a mais eficaz para tal finalidade, além do uso constante de máscaras e higiene pessoal (PEREIRA et al., 2020a; CUNHA; SCRIVANO; VIEIRA, 2020).

Neste cenário, as aulas foram suspensas, da Educação Básica ao nível superior, e os governos federal, estaduais e municipais chamados a definir planos de ação embasados nas realidades de suas comunidades e, especialmente, repensar as políticas educacionais em curso em vistas de elaborar estratégias exequíveis (CUNHA; SCRIVANO; VIEIRA, 2020; OLIVEIRA et al., 2020).

No âmbito federal, as medidas implementadas para a rede de ensino consideram: a transição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto persistir o cenário da pandemia (BRASIL, 2020a); a implantação de normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do ensino superior, autorizando tanto a flexibilização da quantidade de dias, desde que efetuada a quantidade de oitocentas horas prevista na Lei de Diretrizes e Bases, bem como a modalidade de ensino remoto emergencial para o cômputo destas (BRASIL, 2020b).

Nesse sentido, estudantes do mundo tiveram suas aulas substituídas pelo ensino remoto emergencial (PEREIRA et al., 2020a; JAKIMIU, 2020). Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2020), esta situação está impondo desafios para ser capaz de possibilitar um aprendizado ininterrompido a todas as crianças e jovens de maneira igualitária.

No Brasil, este desafio torna-se ainda mais complexo, visto que a Educação como direito social se funda historicamente a partir da negação do direito e fortemente



marcado pelas desigualdades sociais (JAKIMIU, 2020). Dessa forma, um dos maiores desafios reconhecidos pelos professores é de ser capaz de desenvolver uma profissionalidade que não cinge processos de interação somente com/entre seus educandos, mas precipuamente e que seja capaz de difundir e abranger outros contextos para além da sala de aula, levando em consideração que essa prática isolada implica o modo regular de desenvolver a prática de educador (GUEDES; GOMES, 2020; RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020).

Diante disso, a Educação na qual o ensino remoto emergencial é posto enquanto alternativa, a partir de sua concepção como mercadoria e resultante privatização, há o enfraquecimento da instituição escolar e a precarização do trabalho professor. Assim, chamamos atenção para a responsabilização excessiva dos próprios estudantes por sua ensinagem e, de suas famílias (CUNHA; SCRIVANO; VIEIRA, 2020). Nesta perspectiva, o presente ensaio tem como objetivo refletir sobre as barreiras de acesso ao ensino emergencial em tempos pandêmicos.

Metodologicamente o trabalho adota os moldes de ensaio teórico, fundamentando-se em uma revisão bibliográfica com base na literatura nacional e internacional. Uma vez que, “diferente do método tradicional da ciência, em que a forma é considerada mais importante que o conteúdo, o ensaio requer sujeitos, ensaísta e leitor, capazes de avaliarem que a compreensão da realidade também ocorre de outras formas” (MENEGHETTI, 2011, p. 321).

Quanto à estrutura organizativa, inicialmente o estudo apresenta uma discussão acerca da abrupta mudança do ensino convencional para remoto emergencial em tempos de pandemia, provocando reflexões sobre as barreiras de acesso. Por fim, o estudo apresenta suas considerações finais.

## **2 A abrupta mudança do ensino convencional para remoto emergencial em tempos de pandemia: reflexões sobre as barreiras de acesso**

O cenário educacional brasileiro diante da pandemia da Covid-19 vive momentos de incertezas e angústias, tanto por parte dos professores, independente do seu nível de atuação, quanto dos estudantes, pela diversidade de contextos geográfico, social e educacional (GUEDES; GOMES, 2020). Nesse contexto, o Ministério da



Educação (MEC) publicou a portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que determina as Instituições de Ensino substituírem as aulas presenciais pela modalidade de ensino remoto emergencial, numa espécie de Educação a Distância (EaD). Assim sendo, de modo improvisado, foram realizados materiais às pressas, contendo gravação de vídeo-aulas e transmissões ao vivo em múltiplas plataformas, para que os estudantes pudessem estudar em casa (SANTOS JUNIOR; MONTEIRO, 2020; SOUZA, 2020).

Nesse contexto, a EaD rompe com a conexão espaço/tempo, que tem determinado o ensino convencional, e se realiza por meio da comunicação mediada, isto é, por meio da mídia. Diferentemente de uma situação de aprendizagem presencial, em que a mediação pedagógica é executada pelo professor em contato direto com os alunos, na modalidade a distância, a mídia torna-se indispensável para que se concretize a comunicação educacional (BARRETO; ROCHA, 2020).

Diante deste cenário, a EaD não se caracteriza como um espaço de democratização, pois não existem dados que elucidem sobre a sua qualidade e reconhecimento das especificidades de seus alunos, visto que ela é proposta como forma de interiorizar a Educação e ampliar o acesso da população (BARRETO; ROCHA, 2020). Ademais, essa não pode ser a única solução, pois, o ER inclina-se a acentuar as desigualdades já existentes, tendo em vista que nem todos os alunos detêm o equipamento preciso (SOUZA; FRANCO; COSTA, 2016).

Nesse sentido, se o objetivo for investir somente em ferramentas digitais, sem dúvida, favoreceremos para uma piora na aprendizagem dos alunos a curto e a médio prazo (SOUZA; FRANCO; COSTA, 2016). Diante dessas dificuldades, questiona-se a eficácia da inserção dessa modalidade na Educação Básica e Superior em época de pandemia (BARRETO; ROCHA, 2020).

A desigualdade social acaba se refletindo na desigualdade escolar, não proporcionando aos estudantes as mesmas garantias de acesso e permanência. O que determina uma condição, baseada em uma visão de sociedade que não tenciona em sua juventude um referimento ao seu futuro. De maneira oposta, perfaz por desregular um direito que é fundamental, que é a Educação plena e uma gama de perspectivas para ampliar a introdução dos jovens numa sociedade mais justa e igualitária (AUGUSTO; SANTOS, 2020; CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020).



Nessa perspectiva de compreensão, são enormes os desafios, principalmente, no que se refere ao acesso precário à escolarização e à real aprendizagem sendo realizada entre os estudantes. No Brasil, as políticas nem sempre beneficiam a população carente, que demanda de um olhar mais inclusivo pela falta ou precariedade na oferta e distribuição de vagas nas instituições de ensino no país (AUGUSTO; SANTOS, 2020).

Diante dessa realidade, precisa-se refletir sobre o futuro da Educação, envolvendo uma articulação oportuna entre a EaD e o ensino presencial (UNESCO, 2020). Muitos estudantes não têm acesso à *internet* e aparelhos eletrônicos. Além de que, um número acentuado de professores necessitou aprender a utilizar as plataformas digitais, inserir atividades *on-line*, avaliar os estudantes a distância e elaborar e inserir nas plataformas materiais que auxiliem o aluno no entendimento dos conteúdos, além das habituais aulas gravadas (assíncronas) e *on-line* (síncronas) (DIAS; PINTO, 2020; SANTANA; SALES, 2020).

Grande parte das escolas e das universidades estão fazendo o possível para garantir o uso das ferramentas digitais, mas sem terem o tempo hábil para testá-las ou capacitar o professorado e técnico-administrativo para utilizá-las de modo correto. Há ainda outras dificuldades graves, principalmente para alunos e professores mais empobrecidos, muitos deles localizados nas periferias das grandes cidades ou na zona rural. Faltam os recursos fundamentais para uma EaD que provenha em aprendizagem (DIAS; PINTO, 2020; NOLASCO-SILVA; BIANCO; DELGADO, 2020).

A mobilização docente para atender o que é requisitado pelos órgãos de gestão pedagógica ocorre sob muito improviso e tensão. A mudança do planejamento original para atividades remotas acata a um imediatismo que parece ignorar a crise sanitária de fato (MAGALHÃES, 2020). Para autora, essa mudança impõe o “messianismo romântico” da atividade do professor e a negação de sua personalidade, que mesmo confinado com seus filhos e idosos, necessita ter criatividade e responsabilidade hábil, para “ensinar” os alunos e seus familiares.

Barcellos (2020) realizou uma análise na rede pública de ensino, e verificou que 78,7% dos estudantes possuem conexão de internet e apenas 35,6% têm acesso a um computador. Arruda (2020) evidencia em seu estudo que a maior parte dos alunos





de escolas públicas utilizam o celular para realizar as atividades escolares. No âmbito do Ensino Superior, por exemplo, pode haver dificuldades no acesso aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), visto que estes não dispõem de uma interface de acesso para aplicativos em celulares. O risco de não ser uma prática educacional inclusiva cresce se a instituição não adotar uma tecnologia educacional que possibilite a comunicação por via aplicativos em celulares e que tenha constante suporte técnico para solucionar prováveis falhas/*bugs* (ROSENAU et al., 2020; OTA; DIAS-TRINDADE, 2020). Vale ressaltar que, atualmente, muitas famílias necessitam recorrer aos parentes e vizinhos para que seus filhos consigam ter acesso à internet e efetuar o envio obrigatório de atividades, testes e materiais encaminhados pelas escolas (SANTANA FILHO, 2020).

Nos dias atuais, muitas escolas, públicas e privadas, estão excedendo nas expectativas do que educadores e familiares podem realizar. Há distinções afluentes entre as famílias, atualmente, em isolamento social, sendo que algumas podem ajudar seus filhos a aprender mais que outras. Fatores como a quantidade de tempo disponível para se dedicar aos estudos dos filhos, contribuindo com as aulas *on-line* (CIFUENTES-FAURA, 2020; ALBUQUERQUE, 2020).

Muitos pais estão em *home office* cumprindo horário laboral integral e outros tantos precisam trabalhar externamente para assegurar a renda mensal; as competências não cognitivas dos genitores; a possibilidade de acessar o material *on-line*; a quantidade de conhecimento dos pais, afinal de contas, é complicado ajudar o filho se tiver de aprender algo estranho ao que se conheceu e aprendeu. São indagações a serem levados em conta quanto ao papel dos pais na Educação dos filhos em tempos da Covid-19. Toda essa situação provocará um aumento da desigualdade na Educação e no desenvolvimento do estudante (CIFUENTES-FAURA, 2020; OLIVEIRA; SILVA; SILVA, 2020).

Os professores vivenciaram uma transição abrupta em suas rotinas, que se determina pela inserção insidiosa do trabalho em todos os espaços e momentos de seu cotidiano, não importando que seus empregadores (o governo ou os donos de escola) não lhes tenham proporcionado estrutura para o teletrabalho, que envolve conexão com a *internet*, a energia elétrica, o equipamento, não incomum ser compartilhado por diversos



membros da mesma família, condições ergonômicas, entre outras (AUGUSTO; SANTOS, 2020).

A superexploração exhibe particularidades, a depender do enquadramento público ou privado, mas estes têm em comum a negligência pela necessidade de os educadores desenvolverem familiaridade com as ferramentas digitais, para preparação de videoaulas, que são apenas alguns dos elementos da capacitação para esse tipo de trabalho (AUGUSTO; SANTOS, 2020).

Outro elemento considerado é que o uso das novas tecnologias como forma de ensino-aprendizagem é uma ferramenta já empregada no ensino superior e, em tempos de pandemia, serve como ressarcimento de danos aos alunos durante o alastramento do vírus. No entanto, o uso dessas mesmas tecnologias na Educação Básica é um problema maior, porque as escolas não estão preparadas, mas defende-se que as instituições de ensino mais rapidamente devem utilizar e se adaptar a essas novas tecnologias (CASAGRANDE, 2020).

Por outro lado, nos esbarramos com mais um problema, a necessidade que essas práticas sejam efetivas e democráticas. Sendo que, é fundamental que todos os alunos tenham acesso à *internet*. Essa questão vai evidenciar as desigualdades sociais. A rede privada vai encontrar algumas soluções que demandam recursos financeiros, o que, para a escola pública, é muito mais difícil (ÁLVAREZ-HEVIA; LUIS; ÁLVAREZ, 2020).

A partir dessas considerações, compreende-se que é urgente, iniciativas que possibilitem políticas públicas compromissadas com uma Educação pública de qualidade, visto que o acesso à *internet* e a viabilização de materiais tecnológicos são fundamentais para que isso aconteça. Quando a ausência destas ferramentas enfatiza ainda mais a diferença de classes, são os estudantes da escola pública que sofrem os maiores impactos, melhor dizendo, para se reduzir as desigualdades sociais é necessário se cobrar do Estado a implementação de ações sociais e econômicas que ofereçam alguma opção para as famílias mais carentes e incentivar a mobilização social de cooperação com os mais vulneráveis (DIAS; PINTO, 2020; PEREIRA et al., 2020b).

Entender este momento significa iniciar discussões que afligem o cenário da Educação há décadas. É preciso ressignificar o processo de inserção escolar que sempre



foi nítido pelas profundas desigualdades e interesses demonstrados para além do verdadeiro sentido da Educação que é um ensino democrático (TANDON, 2020; PATEL, 2020).

Portanto, é necessário citar que no campo das relações sociais, a igualdade e equidade, constituem-se em princípios fundamentais da justiça social que são adquiridos por meio da luta de classes e de sujeitos nos mais variados espaços sociais (GUEDES; GOMES, 2020). Os autores entendem, que a circunstância prévia imperiosa da verdadeira igualdade é acarar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de andamento do sistema determinado e sua equivalente estrutura de comando, que por pressuposição exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade.

Chamamos a atenção para o fato de que o próprio sistema educacional se incube de produzir a exclusão que decerto vai conceber no seio da sociedade um nível de desigualdade quase que insuperável para aqueles menos favorecidos. Com essa compreensão, salientamos que as instituições públicas de ensino carecem de uma administração capaz de garantir a oferta universal e gratuita de Educação com qualidade, em razão de que se atenta nos sistemas de ensino na atualidade é uma minoria dominante que indica aquilo que julga legítimo para a sociedade suscitando os status sociais que servem somente para gerar as desigualdades entre as pessoas (SALES; NASCIMENTO, 2020; PIMENTEL; SILVA JÚNIOR; CARDOSO, 2020).

## **Considerações Finais**

Com as restrições postas pela gravidade da pandemia da Covid-19, as redes de ensino tiveram que se adaptar e adotar estratégias para completar a carga horária do ano letivo, adotando o ensino remoto emergencial. Tratando-se a Educação um direito de todos, as aulas EaD acabam excluindo do processo os estudantes que não tem acesso à internet. Além disto, muitas dificuldades foram encontradas para a execução das aulas, pois inúmeros fatos como desigualdade social e falta de capacitação dos professores com a nova tecnologia está entre os desafios desse “novo normal”. A pandemia revelou problemas que já existiam e eram desprezados por grande parte da sociedade, da mesma forma que os órgãos responsáveis pela Educação. Logo, implica





em refletir em grande parte, isso se deve pela ausência de investimento do poder público.

Em face disso, é importante discutir sobre o processo de equidade no ensino, pois refletimos que a qualidade na Educação deve ser no sentido de garantir o direito de todos os cidadãos na sociedade em rede, atentando-se para as questões não só do conhecimento, mas especialmente do crescimento pessoal do sujeito que atua e transforma o seu próprio contexto.

Pensamos, que se o sistema educacional tratar igualmente a sua clientela, certamente essa postura reforçará mais a desigualdade. Uma vez que, aqueles que dispõem de mais condições, sejam elas culturais, sociais ou econômicas, indubitavelmente continuarão sendo maiores beneficiários do capital cultural associados à construção dos saberes.

Entendemos, educar como uma conexão com a vida e a prática, pois é necessário ressignificar teorias que coloquem crianças, jovens, famílias e classes sociais, pautadas apenas em uma representação de ideais de formas hegemônicas de ser. Assim, o professor ao participar da realidade cotidiana são educadores do cotidiano, sendo seu papel lutar para romper com esses modelos sabidos, com desejo e disposição para se preparar a compreender e a trabalhar com ela.

Finalmente, é primordial pensar em estratégias da EaD centrando as atenções no saber fazer pedagógico de professores e de todos os envolvidos do processo educativo, com o olhar sistêmico para o contexto social, cultural e econômico em que a escola está inserida. Percebendo que o país tem grandes dimensões territoriais, que se defronta com dificuldades de acesso à internet e às ferramentas tecnológicas indispensáveis para um bom desempenho dos estudantes e professores diante das atividades remotas.

## Referências

ALBUQUERQUE, R. F. Educação na primeira onda da Covid-19: as condições de trabalho docente na oferta de atividades pedagógicas não presenciais pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 4, p. 378–403, 2020.

ÁLVAREZ-HEVIA, D. M.; LUIS, J.; ÁLVAREZ, F. Retos Educativos durante el



Confinamiento: La Experiencia con Alumnos con Necesidades Educativas Especiales. **Revista Internacional de Educación Para La Justicia Social**, v. 9, n. 3, p. 1–11, 2020.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257–275, 2020.

AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (Org.). **Pandemias e Pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

BARCELLOS, T. **A desigualdade no acesso à internet entre estudantes do ensino básico das redes públicas e privadas**. IDados, 2020. Disponível em: <https://idados.id/blog/desigualdade-acesso-a-internet-entre-estudantes-do-ensino-basico-das-redes-publica-e-privada>. Acessado em: 11/01/2021.

BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. Covid-19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 01–11, 2020.

BRASIL. **Portaria n. 343**, de 17 de março de 2020a. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acessado em: 10/01/2021.

BRASIL. **Medida provisória n. 934**, de 1º de abril de 2020b. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acessado em: 10/01/2021.

CASAGRANDE, R. **Coronavírus no Brasil**: como a pandemia prejudica a educação. Entrevista concedida à revista eletrônica Guia do Estudante. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/coronavirus-no-brasil-como-a-pandemia-prejudica-a-educacao/>>. Acessado em: 10/10/2020.

CARDOSO, C. A.; FERREIRA, V. A.; BARBOSA, F. C. G. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 3, p. 38–46, 2020.



CIFUENTES-FAURA, J. Consecuencias en los Niños del Cierre de Escuelas por Covid-19: El Papel del Gobierno, Profesores y Padres. *Revista Internacional de Educación Para La Justicia Social*, v. 9, n. 3, p. 1–12, 2020.

CUNHA, T. C.; SCRIVANO, I.; VIEIRA, E. D. S. Educação básica em tempos de pandemia: padronizada, remota, domiciliar e desigual. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 4, p. 119–137, 2020.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. A educação e a Covid-19. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 28, n. 108, p. 545-554, 2020.

GUEDES, N. C.; GOMES, T. P. A experiência transformadora da Educação no contexto da pandemia. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 4, p. 48–73, 2020.

JAKIMIU, V. C. L. O direito à educação no contexto da pandemia de coronavírus (Covid-19) no Brasil: projetos de formação em disputa. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 4, p. 93–115, 2020.

MAGALHÃES, T. F. A. A escolarização do estudante com deficiência em tempos de pandemia da Covid-19: tecendo algumas possibilidades. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 1, p. 205–221, 2020.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011.

NOLASCO-SILVA, L.; BIANCO, V. LO; DELGADO, M. F. A pedagogia do vírus: cotidianos e educações não presenciais. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 4, p. 361–377, 2020.

OLIVEIRA, E. A. et al. Inquietações sobre Educação e democracia em tempos de pandemia. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 4, p. 204–225, 2020.

OLIVEIRA, S. S.; SILVA, O. S. F.; SILVA, M. J. O. Educar na incerteza e na urgência: implicações do ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. *Interfaces Científicas - Educação*, v. 10, n. 1, p. 25–40, 2020.

OTA, M.; DIAS-TRINDADE, S. Ambientes digitais de aprendizagem e competências digitais: conhecer o presente para agir num futuro pós-covid. *Interfaces Científicas - Educação*, v. 10, n. 1, p. 211–226, 2020.

PATEL, K. Mental health implications of COVID-19 on children with disabilities.



**Asian Journal of Psychiatry**, v. 54, n. 1, p. 1-2, 2020.

PEREIRA, M. D. et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1–31, 2020a.

PEREIRA, M. D. et al. O isolamento social em tempos de COVID-19 e seu paradoxo com os grupos em vulnerabilidade social. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - Sergipe**, v. 6, n. 2, p. 239–239, 2020b.

PIMENTEL, F. S. C.; SILVA JÚNIOR, L. F.; CARDOSO, O. A. O. Ações e estratégias educacionais em tempo de pandemia. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 10, n. 1, p. 93–109, 2020.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. S. Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020.

ROSENAU, L. S. et al. Seria a educação a distância a resposta para uma época de pandemia? **Revista Observatório**, v. 6, n. 3, p. 1–21, 2020.

SALES, M. R.; NASCIMENTO, D. S. Educação é um direito de todos? Os desafios da prática docente nas periferias em tempos de pandemia. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 4, p. 18–31, 2020.

SANTANA, C. L. S. E.; SALES, B. K. M. Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia covid-19. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 10, n. 1, p. 75–92, 2020.

SANTANA FILHO, M. M. D. S. Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 3–15, 2020.

SANTOS JUNIOR, V. B.; MONTEIRO, J. C. S. Educação e Covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 01–15, 2020.

SOUZA, E. P. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 30, p. 110–118, 2020.

SOUZA, S.; FRANCO, V. S.; COSTA, M. L. F. Educação a distância na ótica discente. **Educação e Pesquisa, São Paulo**, v. 42, n. 1, p. 99-114, 2016.

TANDON, R. The COVID-19 pandemic, personal reflections on editorial responsibility. **Asian Journal Psychiatry**, v. 1, n. 1, p. 1-2, 2020.



**UNESCO. A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19, 2020.**

Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>>. Acessado em: 01/01/2021.